

STJ00107534



JUSTIÇA FEDERAL

Conselho da Justiça Federal

Centro de Estudos Judiciários

MANUAL DE MEDIÇÃO E CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA FEDERAL

Bruno Takahashi

Daldice Maria Santana de Almeida

Daniela Monteiro Gabbay

Maria Cecília de Araujo Asperti

Brasília, fevereiro de 2019

Copyright © Conselho da Justiça Federal

Tiragem: 2.120 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

EDITORÇÃO

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Ministra Maria Thereza de Assis Moura – **Diretora**

Daniel Marchionatti Barbosa – **Juiz Federal em auxílio da Corregedoria-Geral da Justiça Federal**

Jaqueline Aparecida Correia de Mello – **Secretária**

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO DO CEJ

Milra de Lucena Machado Amorim – Coordenadora

Ariane Emilio Kloth – Chefe da Seção de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues – Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Dulcinéia Mendes dos Santos – Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Projeto gráfico e diagramação

Helder Marcelo Pereira – Chefe da Seção de Programação Visual e Arte-Final

Ilustração da capa

Rayanne Marcelle Gomes Durso

Impressão

Seção de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do CJF

M294 Manual de mediação e conciliação na Justiça Federal / Bruno Takahashi ... [et al.].
– Brasília : Conselho da Justiça Federal, 2019.
179 p.

ISBN 978-85-8296-029-5

1. Mediação. 2. Conciliação. 3. Justiça Federal. 4. Acesso à justiça. 5. Ética.
6. Solução de conflito. I. Takahashi, Bruno. II. Almeida, Daldice Maria Santana de.
III. Gabbay, Daniela Monteiro. IV. Asperti, Maria Cecília de.

CDU 347.925

Ficha catalográfica elaborada por Lara Pinheiro Fernandes do Prado – CRB 1/1254

Apresentação	7
Prefácio	9
Agradecimentos	13
Introdução: como ler este Manual?.....	14
CAPÍTULO 1. MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E O PODER PÚBLICO	17
1.1 Política pública de tratamento adequado de conflitos	17
1.2 Código de Processo Civil de 2015 e a Lei de Mediação	18
1.3 A realidade da Justiça Federal: os litigantes, os conflitos e as experiências consensuais	20
1.4 Transpondo barreiras e obstáculos para a mediação envolvendo o Poder Público: perguntas mais frequentes	23
1.5 Questões para debate	26
CAPÍTULO 2. PRINCÍPIOS E CÓDIGO DE ÉTICA QUE ORIENTAM A ATUAÇÃO DO MEDIADOR E DO CONCILIADOR	27
2.1 Conceito de princípio.....	27
2.2 Os princípios positivados: Resolução n. 125/2010, CPC e Lei de Mediação.....	28
2.2.1 Informalidade	29
2.2.2 Oralidade	30
2.2.3 Confidencialidade	30
2.2.4 Busca do consenso	32
2.2.5 Boa-fé.....	32
2.2.6 Imparcialidade	33
2.2.7 Independência e autonomia	34
2.2.8 Isonomia entre as partes.....	35
2.2.9 Autonomia de vontade das partes.....	35
2.2.10 Decisão informada.....	35
2.2.11 Empoderamento.....	36
2.2.12 Validação	37
2.2.13 Respeito à ordem pública e às leis vigentes	37
2.2.14 Competência.....	39
2.3 Dilemas éticos e desequilíbrio de poder	39
2.4 Questões para debate	41

CAPÍTULO 3. DESENHO DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS E O PAPEL DO JUDICIÁRIO	42
3.1 Desenho de solução de disputas customizadas (<i>Dispute System Design</i>).....	42
3.2 Pautas agregadas	49
3.3 Reuniões interinstitucionais.....	50
3.4 Questões para debate	53
CAPÍTULO 4. TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO	54
4.1 Separar as pessoas do problema	55
4.2 Focar nos interesses dos envolvidos e não nas suas posições.....	55
4.3 Criar opções de ganho mútuo	55
4.4 Mapear critérios objetivos para legitimar a escolha das opções.....	56
4.5 Alternativas na negociação e parâmetros para avaliar a qualidade de acordos obtidos	56
4.6 Preparação para a negociação	57
4.7 Questões para debate	58
CAPÍTULO 5. FASES E TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	60
5.1 Conciliação, Mediação e as diversas abordagens possíveis	60
5.2 Ambiente da mediação/conciliação	62
5.3 Fases do procedimento de mediação/conciliação	63
5.3.1 Pré-mediação/conciliação	63
5.3.2 Abertura	64
5.3.3 Investigação inicial do conflito.....	67
5.3.4 Desenvolvimento.....	69
5.3.5 Redação do Termo e Encerramento	75
5.4 Detalhamento das principais técnicas	78
5.5 Aplicação das técnicas para as reuniões interinstitucionais.....	83
5.6 Questões para debate	84
CAPÍTULO 6. AVALIAÇÃO DA MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	85
6.1 Parâmetros para avaliação	85
6.2 Questões para debate	87
CAPÍTULO 7. MEIOS CONSENSUAIS EM ÁREAS ESPECÍFICAS E EXERCÍCIOS	89
7.1 Sistema Financeiro de Habitação e contratos bancários.....	89

7.1.1 Contratos habitacionais	89
7.1.2 Outros contratos bancários.....	94
Exercício 1.....	94
7.2 Ações Previdenciárias	96
7.2.1 O confito previdenciário.....	96
7.2.2 Dilema ético	97
Exercício 2.....	99
7.3 Execução Fiscal	101
Exercício 3.....	103
7.4 Danos Morais e Materiais.....	103
7.4.1 Orientações gerais.....	104
Exercício 4.....	106
7.5 Saúde	106
7.5.1 Conciliações em pedidos individuais	107
7.5.2 Diálogos interinstitucionais	108
Exercício 5.....	109
7.6 Improbidade administrativa	110
7.6.1 Argumentos para o uso de meios consensuais	111
7.6.2 Limites	112
Exercício 6.....	113
7.7 Sugestões de encaminhamento de respostas	114
CAPÍTULO 8. SIMULAÇÕES.....	118
8.1 Conciliação simulada em Previdenciário.....	118
8.2 Conciliação simulada de Danos Materiais	119
8.3 Conciliação simulada em Sistema Financeiro de Habitação	121
8.4 Simulação de reunião interinstitucional	123
CAPÍTULO 9. ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?	125
9.1 Difusão do conhecimento dos meios consensuais	125
9.2 Desenhos procedimentais adequados.....	126
9.3 Diálogo interinstitucional apropriado e permanente.....	126
9.4 Monitoramento das práticas	127
9.5 Humanização do procedimento.....	127
9.6 Capacitação dos profissionais envolvidos	128

REFERÊNCIAS UTILIZADAS E PARA APROFUNDAMENTO	130
ANEXOS	136
Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça	136
Resoluções n. 398, de 6 de maio de 2016, do Conselho da Justiça Federal.....	151
Enunciados e recomendações sobre mediação e conciliação na Justiça Federal.....	164